



Relatório da Astra sobre Violações de Direitos e Assassinatos de Pessoas Trans de Sergipe em 2018.

Sem política pública quando a morte não é física ela é social.

CNPJ: 04.850.745/0001-09
Reconhecida de utilidade Pública Estadual Lei nº 5.918
Av. Pedro Calazans, 464-2 – Getúlio Vargas
CEP: 479055-520 – ARACAJU | SE
TEL: (79) 3041 1303 | (79) 9 9915 6886
astraglb@gmail.com



Aracaju (SE), 29 de janeiro de 2019.

ASTRA – Direitos Humanos e Cidadania LGBT é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada no ano de 2001 na cidade de Aracaju – SE, e que atua na garantia dos Direitos Humanos da população LGBT e tem como missão o empoderamento, defesa e politização desta população, a ASTRA atua em várias áreas dentre elas, saúde, juventude, direitos humanos, educação, entre outras.

A Constituição Federal de 1988, que em seu Art. 5º estabelece a garantia de que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes (que estiverem) no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

A exposição à violência é definida como a experiência da violência de segunda-mão, ser a vítima direta de um ato de violência ou testemunhar violência que envolva terceiros.

A exposição à violência comunitária está entre as experiências mais prejudiciais que as pessoas trans podem sofrer, impactando sua forma de pensar, de sentir e de agir. Violência comunitária é entendida como a violência interpessoal na comunidade, não perpetrada por um membro da família, e que pretende causar dano.

O Estado de Sergipe teve em 2018, 05 casos de assassinatos comprovados de pessoas trans, parece pouco, porém considerando os números relativos por Estados, temos o Mato Grosso, em primeiro lugar seguido por Sergipe, Roraima, Rio Grande do Norte e Amazonas, no topo da lista, ressaltando que a média por Estado para cada grupo de 100 mil habitantes é de 0,0719, e apenas 12 Estados ficaram abaixo dessa média.



Com os dados elaborados no dossiê da Rede Trans Brasil, podemos observar que considerando os números relativos o Estado de Sergipe fica na 2ª colocação dos assassinatos no Brasil e em 1º lugar na Região Nordeste, um total de 5 assassinatos, sendo apenas 1 deles na capital, marcado pelo descaso da segurança pública e da saúde, a transexual Laysa Fortuna teve sua vida levada no centro da cidade na busca da sobrevivência, porém o Estado que não tem nenhuma política concreta no âmbito escolar e alternativas de inclusão de trabalho, também falha com a segurança pública e saúde, onde além de não dar a segurança necessária a vida notívaga no centro, errou liberando o meliante horas após até então, da tentativa de assassinato, conseqüentemente na saúde o caso era tratado como ferimento leve, ferimento este que levou Laysa a morte no início da tarde do dia seguinte (sem a mesma estar na ala do hospital competente ao fato ocorrido), após essa tragédia o Governo do Estado através da Secretaria de segurança pública concretizou reivindicação da nossa entidade e das conferencias LGBT de Sergipe com funcionamento do DAGV 24hrs.

Tivemos também 2 assassinatos em Lagarto e outros 2 em Nossa Senhora do Socorro, que chamam a atenção de nossa entidade:

Iniciamos o ano de 2018 pelo fatídico caso, exatamente há um ano, no 29 de janeiro de 2018 ironicamente o dia da visibilidade trans, com **sinais de tortura** em uma estrada vicinal do conjunto Parque dos Faróis, em Nossa Senhora do Socorro, Samira Alcântara uma travesti foi encontrada e teve a morte causada por uma série de ferimentos provocados por facas, o corpo estava preso aos arames de uma cerca.

Já em abril, exatamente no dia 14, Millany Spencer de 23 anos foi encontrada pela mãe em casa no Loteamento Jardim Mariana, região do Conjunto Marcos Freire II, em Nossa Senhora do Socorro, o corpo tinha marcas de espancamento, um suposto homicídio

Bruna, transexual bastante conhecida na cidade de Lagarto, às 21h da segunda-feira, 25 de junho foi assassinada, alvejada por disparos de arma de fogo e caiu entre a calçada e a rua, no Bairro Novo Horizonte.



Já no dia 26 de setembro a travesti Nicoley teve o corpo encontrado às margens da rodovia Papa João Paulo II (SE-170), nos limites do município de Campo do Brito, populares encontraram o corpo e acionaram a Polícia Militar e o SAMU, que após chegarem ao local, constataram o óbito. A vítima apresentava diversas lesões, principalmente no rosto e na cabeça.

Pensar na violência para nossa população no viés de minimizar o quadro deve ter um olhar transversal, precisamos ter um olhar para pessoas trans crianças e adolescentes, que estão expostas diariamente nas escolas, negligenciadas com exposição à violência comunitária, tortura diária, que quando não levam ao suicídio engrossam as estatísticas de evasão escolar por não suportar um ambiente que não devemos existir.

Implementar políticas públicas que garantam cidadania e inclua nossa população urge e precisa de um olhar comprometido a esta população em Aracaju e no estado de Sergipe como um todo, em um Estado que possuímos leis no legislativo da capital e do Estado aprovadas que minimamente garantem nossa cidadania, porém elas nem mesmo chegam ao conhecimento de gestores, imagina no seu funcionalismo, em Aracaju além da prefeitura não possui nenhuma política exclusiva a população LGBT, há dois anos foram realizadas reuniões e prometido por representantes da secretaria municipal de saúde de Aracaju, o Ambulatório para atendimento de saúde específico para pessoas Trans, existente na maioria das capitais Brasileiras, porém sem respostas, não entendemos ainda sua “não implementação”, destacamos nesta pasta também o descaso com a histórica incidência da saúde nas ações com populações vulneráveis nas campanhas de IST/HIV/AIDS, faz dois anos que o município de Aracaju gasta menos com a política de HIV/AIDS de que o governo anterior, desprezando diversas parcerias exitosas, como as atividades educativas da parada que eram realizadas em parceria com nossa instituição sendo referência pelo Ministério da Saúde, o município não possui nenhuma política municipal que trate diretamente de beneficiar a população trans.



O Estado por sua vez à 03 anos prometeu através da Secretaria de inclusão social em 2016, a implementação do Conselho Estadual LGBT, o que não aconteceu até hoje, o Centro de Referência e Combate a Homofobia teve seu trabalho reduzido desde de 2015, não funciona em tempo integral e não dispõe de carro próprio para visitas ao interior do Estado, na saúde o ambulatório de saúde na cidade de Lagarto já foi diversas vezes ponto de questionamento desta instituição, pois existente somente pela força de vontade dos profissionais o mesmo tem pouco investimento, é notória a importância e a relevância do ambulatório Trans em Lagarto. Ele é de grande ajuda e acolhe alguns dos que o procuram, entretanto, é imprescindível que o atendimento seja qualificado visto a demanda, que seria natural ser somente da região centro sul, mas ele recebe demanda de todo Estado, inclusive da capital e cidades vizinhas da Bahia. Entretanto, como todo serviço, ele apresenta falhas que influenciam, principalmente, os usuários da capital. Consultas rápidas, que não conseguem cumprir com as expectativas dos usuários ou a alteração de marcações de consultas sem aviso prévio, fazem com que os usuários da capital não consigam ser atendidos com a real necessidade da demanda.

Se faz necessário um diálogo entre as Secretarias de Saúde Municipais de Lagarto e Aracaju, da Secretaria de Saúde do Estado e Universidade Federal de Sergipe, para tratar de um serviço que cuida da vida e principalmente do estado físico e emocional das pessoas, tanto para atender a grande demanda, como para estar em consonância com a maioria dos outros Estados, que têm seus ambulatórios referenciais nessa área de atuação.

Provocamos a gestão pública em cumprir as propostas aprovadas nas Conferências Estaduais LGBT, principalmente no que tange as proposições que tratam de Educação, Saúde, Trabalho, Segurança Pública, Inclusão Social, Cultura e demais proposições construídas com agentes públicos das pastas governamentais citadas, porém esquecidas pelos inconsistentes gestores no compromisso com os Direitos Humanos e cidadania da população de Pessoas Travestis e Transexuais em Sergipe.



Em anexo a este relatório local, segue o dossiê Nacional da Rede Trans Brasil, entidade que é presidida pela ASTRA, onde uma equipe de militantes nacionais da causa, trazem análises qualificadas sobre os assassinatos além de um corpo sugestivo de proposições de políticas públicas no seu anexo, contendo síntese de encontros nacionais de participantes trans militantes, gestores filiados e parceiros coletivos da nossa instituição.

A disposição ao diálogo propositivo e participativo, respeitosamente.



Fathiane Aquino de Araujo
Presidente
ASTRA - Direitos Humanos
e Cidadania GLBT